

**REGULAMENTA O CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO NO CARGO DE PROFESSOR DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, e tendo em vista o processo 07/007259/2011 e, em conformidade com o disposto na Resolução SMA Nº 1640, de 28 de dezembro de 2010, torna público que fará realizar o **Concurso Público para provimento de cargos de Professor I de Educação Infantil** do Quadro Permanente de Pessoal do Município do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

**I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1. DO CONCURSO**

O Concurso destina-se à seleção de candidatos para o preenchimento de vagas no cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

**2- DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA, DA QUALIFICAÇÃO EXIGIDA, DAS VAGAS E DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

Cargo	Vencimento	Carga Horária Semanal	Taxa de Inscrição	Qualificação Mínima Exigida (Escolaridade)
Professor de Educação Infantil	R\$1.092,48	22h 30min	R\$ 50,00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nível Médio, na modalidade Normal <b>OU</b></li> <li>Curso Normal Superior <b>OU</b> Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação para docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental ou específica para Educação Infantil.</li> </ul>

**2.1 será acrescido ao vencimento:**

- bônus cultura (Lei nº 3438/2002) R\$ 109,25
- auxílio-transporte (Decreto nº 17.110/98) R\$ 121,00
- benefício alimentação de acordo com o Decreto 35098/2012

**3. DAS VAGAS**

3.1 a distribuição das vagas será por Coordenadoria Regional de Educação - CRE, conforme consta do quadro abaixo:

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE																																			
1ª			2ª			3ª			4ª			5ª			6ª			7ª			8ª			9ª			10ª			TOTAL					
R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD	R	NI	PD
7	2	1	7	2	1	7	2	1	7	2	1	7	2	1	7	2	1	7	2	1	7	2	1	7	2	1	7	2	1	7	2	1	70	20	10

**Legenda:****R = Vagas Regulares****NI= Vagas para Negros e Índios****D = Vagas para Portadores de Deficiência.****2.2 as vagas reservadas a portadores de deficiência e para negros e índios, caso não preenchidas, serão revertidas para o quadro de vagas regulares.**

<b>CRE</b>	<b>BAIRROS DE ABRANGÊNCIA</b>
<b>1ª</b>	Praça Mauá, Gamboa, Santo Cristo, Caju, Centro, Cidade Nova, Bairro de Fátima, Estácio, Santa Teresa, Rio Comprido, São Cristóvão, Catumbi, Mangueira, Benfica e Paquetá.
<b>2ª</b>	Glória, Flamengo, Laranjeiras, Catete, Urca, Cosme Velho, Botafogo, Humaitá, Praia Vermelha, Leme, Copacabana, Ipanema, São Conrado, Rocinha, Vidigal, Gávea, Leblon, Jardim Botânico, Horto, Alto da Boa Vista, Tijuca, Praça da Bandeira, Vila Isabel, Andaraí e Grajaú.
<b>3ª</b>	Higienópolis, Engenho Novo, Rocha, Riachuelo, Del Castilho, Méier, Maria da Graça, Inhaúma, Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Bonsucesso, Piedade, Sampaio, Jacaré, Cachambi, Todos os Santos, Pilares, Lins, Engenho de Dentro, Água Santa, Encantado, Abolição, Jacarezinho e Alemão.
<b>4ª</b>	Ilha do Governador, Manguinhos, Bonsucesso, Maré, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Vila da Penha, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América.
<b>5ª</b>	Vicente de Carvalho, Vila Kosmos, Vila da Penha, Irajá, Vista Alegre, Vaz Lobo, Colégio, Marechal Hermes, Rocha Miranda, Turiaçu, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Guadalupe, Madureira, Honório Gurgel, Campinho, Quintino, Cavalcante e Cascadura.
<b>6ª</b>	Parque Anchieta, Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Guadalupe, Acari, Coelho Neto, Irajá, Honório Gurgel, Costa Barros, Pavuna e Barros Filho.
<b>7ª</b>	Barra da Tijuca, Itanhangá, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, Taquara, Cidade de Deus, Freguesia, Rio das Pedras, Tanque, Curicica, Pechincha, Praça Seca e Vila Valqueire.
<b>8ª</b>	Guadalupe, Deodoro, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Jabour, Santíssimo, Guilherme da Silveira, Vila Kennedy, Vila Militar, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos e Realengo.
<b>9ª</b>	Inhoaíba, Campo Grande, Cosmos, Santíssimo, Augusto Vasconcelos e Benjamin Dumont.
<b>10ª</b>	Santa Cruz, Paciência, Cosmos, São Fernando, Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Sepetiba e Jardim Maravilha.

**2. As atribuições são:****A) DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Planejar, executar e avaliar, junto com os demais profissionais docentes e equipe de direção, as atividades da unidade de Educação Infantil e propiciar condições para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento, ao bem-estar social, físico e emocional das crianças.

**B) RESPONSABILIDADES GENÉRICAS**

- manter-se atualizado quanto às modernas técnicas profissionais;
- responsabilizar-se pelo planejamento, requisição e manutenção do suprimento necessário à realização das atividades;
- orientar os profissionais responsáveis pela higienização e limpeza do ambiente e dependências sob sua responsabilidade, bem como na sua manutenção;

- observar as condições de funcionamento dos equipamentos, instrumentos e bens patrimoniais, solicitando os reparos necessários, para evitar riscos e prejuízos;
- zelar pela economicidade e conservação dos equipamentos e materiais que lhe são confiados;
- observar e orientar aos demais profissionais do quadro de apoio quanto às regras de segurança no atendimento às crianças e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
- responsabilizar-se, no âmbito de sua área de atuação, pelo atendimento às crianças e pelo adequado funcionamento da unidade de Educação Infantil;
- cumprir as orientações emanadas da direção do estabelecimento de Educação Infantil e dos demais Órgãos da Secretaria Municipal de Educação.

### **C) ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS**

- interagir com os demais profissionais da instituição educacional, para a construção coletiva do projeto político-pedagógico;
- planejar, executar e avaliar as atividades propostas às crianças, objetivando o “cuidar e o educar” como eixo norteador do desenvolvimento infantil;
- organizar tempos e espaços que privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento, interação e aprendizagem;
- propiciar situações em que a criança possa construir sua autonomia;
- planejar, disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades;
- atender diretamente às crianças, em suas necessidades individuais de alimentação, repouso, higiene, asseio e cuidados especiais decorrentes de prescrições médicas;
- registrar a frequência diária das crianças;
- acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade;
- planejar e executar as atividades pautando-se no respeito à dignidade, aos direitos e às especificidades da criança, em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas, sem discriminação alguma;
- observar e registrar, diariamente, o comportamento e desenvolvimento das crianças sob sua responsabilidade e elaborar relatórios periódicos de avaliação;
- realizar reuniões com os pais ou quem os substitua, estabelecendo o vínculo família escola, apresentando e discutindo o trabalho vivenciado e o desenvolvimento infantil;
- coordenar as atividades concernentes à elaboração de relatórios periódicos de avaliação das crianças;
- colaborar e participar de atividades que envolvam a comunidade, sob a orientação da direção;
- participar de atividades de qualificação proporcionadas pela Administração Municipal, dos centros de estudos e de reuniões de equipe;
- refletir e avaliar sua prática profissional, buscando aperfeiçoá-la
- aplicar, avaliar e monitorar, a partir de instrumentos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, indicadores de qualidade e desenvolvimento infantil.

***Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394, de 20/12/96, são ainda atribuições do cargo:***

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

- V- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

## II. DOS REQUISITOS

### 1. São requisitos necessários para a inscrição

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13, do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;
- b) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- c) estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- d) atender ao estabelecido no Decreto Nº 35610, de 15/05/2012 - Institui o regime "Ficha Limpa" como requisito para o ingresso em cargo ou emprego público no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro;
- d) possuir a qualificação exigida referente ao cargo pretendido, conforme o estabelecido no Título I, item 2, deste Edital.

## III. DAS INSCRIÇÕES

- 1- As inscrições serão recebidas **das 10h do dia 27/06/2012 até as 23h59min do dia 09/07/2012**, horário de Brasília - incluindo sábados, domingos e feriados - somente via *Internet*, através de requerimento específico disponível no *site* <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

- 1.1 a inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa aceitação, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste Edital e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, bem como de todos os atos que forem expedidos sobre o concurso;
- 1.2 somente haverá devolução de taxa de inscrição nos casos previstos na Lei Municipal n.º 2.937, de 24.11.1999;
- 1.3 no ato da inscrição no concurso não haverá qualquer restrição ao candidato que não cumprir os requisitos básicos. No entanto, só poderá ser admitido no cargo aquele que, na data de sua convocação cumprir, integralmente, o contido nos Títulos II e XIV;
- 1.4 a Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração não se responsabiliza por inscrições **não recebidas**, independente do motivo: ordem técnica dos equipamentos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a efetivação da inscrição.

### 2- Para inscrever-se, o candidato deverá:

- 2.1 certificar-se, preliminarmente, de que preenche todos os requisitos exigidos para participação no Concurso e para posse no cargo;
- 2.2 no ato da inscrição, assinalar a opção da Coordenadoria Regional de Educação - CRE para a qual deseja concorrer, sendo vedada a possibilidade de alteração posterior;

- 2.3 acessar o site <http://concursos.rio.rj.gov.br>, onde estarão disponibilizados o Edital, o requerimento de inscrição, orientações e os procedimentos necessários à efetivação da inscrição;
- 2.4 cadastrar-se, **das 10h do dia 27/06/2012, até as 23h59min do dia 09/07/2012**, (horário de Brasília), incluindo os sábados, domingos e feriados, através de requerimento específico disponível na página eletrônica citada;
- 2.5 assegurar-se de que preencheu corretamente o requerimento de inscrição;
- 2.6 imprimir o requerimento preenchido e guardá-lo consigo;
- 2.7 efetuar o pagamento da taxa, obrigatoriamente, por meio de DARM, que deverá ser impresso logo após a conclusão de preenchimento do requerimento de inscrição *on-line*, sendo este o único meio aceito para a efetivação da inscrição:
  - 2.7.1 a impressão do DARM deverá ser feita, exclusivamente, em papel A4, **até as 14h do dia 10/07/2012** (horário de Brasília);  
***Não serão validados os pagamentos realizados através de DARM ou documentos similares que não sejam gerados pelo sistema de inscrição de concursos da Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos.***
  - 2.7.2 O PAGAMENTO EFETUADO APÓS A DATA OFICIAL DE VENCIMENTO NÃO SERÁ VALIDADO E RESULTARÁ NO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.
  - 2.7.3 o **pagamento** da taxa de inscrição deverá ser efetivado SOMENTE NOS BANCOS ABAIXO DISCRIMINADOS, **ATÉ AS 16h DO DIA 10/07/2012;**

### **BANCOS CREDENCIADOS**

- BRASIL S/A
- SANTANDER S/A
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
- BRASÍLIA S/A
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- BRADESCO S/A
- ITAÚ S/A
- MERCANTIL DO BRASIL S/A
- HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO
- SAFRA S/A
- CITIBANK S/A
- BANCOOB S/A

2.7.4 não será permitido efetuar o referido pagamento através de depósito, transferência bancária e/ou agendamento;

2.7.5 a inobservância ao determinado nos subitens 2.7.1, 2.7.2 e 2.7.3 resultará na **não** participação do candidato no concurso, sendo inaceitável, portanto, reclamações posteriores quanto à **não** confirmação do pagamento.

- 2.8 a inscrição será efetivada somente após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição pela instituição bancária a este órgão.
3. Não serão aceitas inscrições por *fax*, condicional ou extemporânea, estando canceladas as que não atendam a todos os requisitos fixados neste Edital, em qualquer uma das etapas do concurso.
4. Os dados cadastrais informados no ato da inscrição são de exclusiva responsabilidade do candidato.
5. A prestação de declaração falsa ou inexata e a não apresentação de quaisquer documentos exigidos implicarão na não validação da inscrição, nulidade de habilitação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções aplicáveis à falsidade de declaração, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
6. O descumprimento das instruções resultará na não efetivação da inscrição.

#### IV. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

1. Será admitida a inscrição de pessoa portadora de deficiência, nos termos da legislação pertinente, ficando o respectivo deferimento condicionado ao cumprimento do disposto na Lei Municipal nº 4950 de 02.12.08, Lei Municipal nº 2.111 de 10.01.94, na Lei Municipal nº 645 de 05.11.84 e no Decreto Municipal nº 5.890, de 16.06.86.
2. O candidato portador de deficiência deverá assinalar o campo próprio do requerimento de inscrição, declarando a deficiência da qual é portador e, se necessário, requerer o método através do qual deseja realizar a prova: com leitor, prova ampliada ou prova normal e/ou solicitar uma sala de mais fácil acesso, no caso de dificuldade de locomoção.
  - 2.1 no caso de prova, em que haja necessidade de auxílio de um fiscal leitor, o mesmo, além de auxiliar na leitura da prova, também transcreverá as respostas para o cartão-resposta do candidato, sempre sob a supervisão de outro fiscal devidamente treinado. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram efetuadas no cartão-resposta;
  - 2.2 o candidato portador de deficiência visual parcial (ambliopia) deverá declarar sua condição, informando no requerimento de inscrição sobre a necessidade da prova ser confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24 (vinte e quatro).
3. O candidato que não declarar no requerimento de inscrição que é portador de deficiência, concorrerá somente às vagas regulares.
4. O candidato portador de deficiência participará do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação, ao tempo de realização das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, sendo-lhe, porém, assegurado fácil acesso ao recinto onde se realizarão as provas.
5. O acesso de portadores de deficiência às provas e sua eventual aprovação não significa que houve o reconhecimento da compatibilidade de sua deficiência com a atividade pertinente à vaga, a qual será determinada por meio de Perícia Médica.
6. O candidato inscrito como portador de deficiência, se aprovado nas Provas Objetiva e Discursiva, deverá comparecer no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da publicação do resultado da Prova Discursiva no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, da Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 10º andar - Ala B - Cidade Nova, no horário das 10h às 16h, munido do original de documento oficial de identidade, para tomar ciência do dia, horário e local em que deverá comparecer à Gerência de Perícias Médicas da Secretaria Municipal de Administração - A/CSRH/CVS/GPM, **ficando a Coordenadoria de Recrutamento e Seleção desobrigada de realizar qualquer tipo de contato para este fim.**
  - 6.1 o candidato será encaminhado à Gerência de Perícias Médicas da Secretaria Municipal de Administração - A/CSRH/CVS/GPM, para confirmação da deficiência declarada, conforme o disposto na legislação vigente;
  - 6.2 no caso de ser portador de deficiência auditiva ou visual ou apresentar paralisia cerebral, o candidato deverá exhibir, também, exame audiométrico, laudo oftalmológico com acuidade visual ou parecer neurológico, respectivamente, dentro do prazo de validade de 30 (trinta) dias, contados da data da emissão até a da apresentação;
  - 6.3 constatada, pela A/CSRH/CVS/GPM, a necessidade de avaliação da capacidade laborativa do candidato pela Junta de Especialistas, o referido órgão informará à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração, para as providências pertinentes;

- 6.4 a Junta de Especialistas emitirá laudo fundamentado, declarando a compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo a ser ocupado;
- 6.5 o candidato cuja deficiência seja considerada, pela Junta de Especialistas, incompatível com o regular exercício das atividades do cargo, será eliminado do certame.**
7. O candidato considerado pela A/CSRH/CVS/GPM como não portador de deficiência concorrerá, somente, às vagas regulares.
8. O candidato portador de deficiência que não comparecer, no dia, hora e local determinados, para confirmação da deficiência ou não cumprir a exigência junto à A/CSRH/CVS/GPM, se for o caso, será eliminado do certame.
9. O candidato portador de deficiência que deixar de comparecer, se convocado, para a avaliação da Junta de Especialistas, será eliminado do certame.
10. Em conformidade com o disposto na Lei Municipal n.º 2.111, de 10.01.94, ficam reservadas, no presente concurso, 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para as pessoas portadoras de deficiência, desde que comprovada a compatibilidade da deficiência com as atividades do cargo. Nos casos em que a reserva inicial das vagas superar este percentual, será observada, durante a vigência deste concurso, a necessária compensação nas convocações subsequentes, as quais, em qualquer caso, observarão o percentual acima estabelecido.
- 10.1 caso a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, arredondamento que incidirá apenas na reserva inicial de vagas;
- 10.2 as pessoas portadoras de deficiência, amparadas pela legislação vigente, poderão concorrer, sob sua inteira responsabilidade e nos termos da referida legislação, às vagas que vierem a surgir durante a validade do concurso no percentual de 5% das vagas que vierem a ser preenchidas, ou seja, a cada 20 (vinte) candidatos convocados para essas vagas, a vigésima será preenchida pelo candidato portador de deficiência de acordo com a classificação obtida.
- 11 Os candidatos considerados portadores de deficiência, se habilitados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação obtida.
12. Os recursos interpostos contra o resultado das avaliações deverão ser encaminhados à Gerência de Perícias Médicas da Secretaria Municipal de Administração - A/CSRH/CVS/GPM.

## **V. DA RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS E ÍNDIOS**

1. Conforme o estabelecido na Lei Municipal nº 5401, de 14 de maio de 2012, ficam reservados a candidatos negros e índios, o equivalente a 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas neste Edital.
2. É considerado negro ou índio **o candidato que assim se declare no momento da inscrição**;
- 2.1 caso o candidato não autodeclarar no ato da inscrição, não será permitida qualquer alteração para esse fim.
3. A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais deste Edital, caso não opte pela reserva de vagas
4. Não havendo candidatos negros ou índios aprovados, as vagas incluídas na reserva prevista neste artigo serão revertidas para o cômputo geral de vagas oferecidas no concurso, podendo ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.
5. Detectada a falsidade da declaração a que se refere o item 3, será o candidato eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao

serviço público, após o procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6. Os candidatos concorrentes às vagas de negros e índios, se aprovados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação obtida.
7. A nomeação dos candidatos aprovados será de acordo com a ordem de classificação geral no concurso, mas, a cada fração de cinco candidatos convocados, a quinta vaga fica destinada a candidato negro ou índio aprovado, de acordo com a sua ordem de classificação.
8. Caso haja desistência de vaga do candidato negro ou índio aprovado, essa vaga será preenchida por outro candidato negro ou índio, respeitada a ordem de classificação da lista específica.

## VI. DA HIPOSSUFICIÊNCIA

- 1 Será admitida inscrição nos termos do Decreto Municipal nº 22.082 de 30.09.02 e Resolução Conjunta SMA/SMAS nº 99 de 05.10.2007;

**1.1 as inscrições deverão ser efetuadas das 10h do dia 27/06/2012 até as 23h59min do dia 29/06/2012, impreterivelmente.**

- 2 O candidato deverá assinalar no requerimento utilizado para inscrição *on-line*, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>, seu pedido de isenção de taxa de inscrição:

**2.1 o sistema bloqueará o acesso a esta opção após o período determinado no subitem 1.1;**

2.2 o candidato que optar pela solicitação de isenção da taxa de inscrição deverá, obrigatoriamente, comparecer no **dia 03/07 ou 04/07 ou 05/07, das 10h às 13h ou de 14h às 16h**, em um dos locais, abaixo determinados, para avaliação da hipossuficiência, munido dos seguintes documentos:

- a) requerimento de avaliação de hipossuficiência impresso;
- b) original e cópia do comprovante de residência no nome do requerente ou do parente que reside no mesmo endereço;
- c) original e cópia da certidão de nascimento ou certidão de casamento ou decisão judicial de separação ou divórcio ou de óbito do cônjuge;
- d) original e cópia do último contracheque;
- e) original e cópia da carteira de trabalho;
- f) declaração, de próprio punho, sobre a renda familiar de parentes de 1º grau devidamente comprovados, que residam no mesmo endereço do candidato.

LOCAL	ENDEREÇO
Escola Municipal Tia Ciata	Av. Presidente Vargas S/Nº - Cidade Nova (Praça Onze) - RJ
VIII Região Administrativa	Rua Desembargador Isidro, 41 - Tijuca (Praça Saens Peña) - RJ

- 2.3 não serão analisados os pedidos de isenção sem as informações e os documentos necessários para a correta avaliação da hipossuficiência do candidato;
- 2.4. qualquer declaração identificada como falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei;
- 2.5. caso o candidato **não** compareça para a avaliação da hipossuficiência no dia, horário e local determinados no subitem 2.2, o processo de inscrição será

cancelado, pois somente a realização do preenchimento do requerimento com a solicitação de isenção de taxa não significará que a inscrição tenha sido aceita e efetivada.

3. Conforme o estabelecido no art. 8º da Resolução Conjunta SMA/SMAS n.º 99, de 05 de outubro de 2007, serão considerados hipossuficientes para inscrição gratuita em concursos públicos realizados por iniciativa do Poder Executivo, aqueles que comprovarem possuir renda familiar *per capita* inferior a 30% (trinta por cento) do Salário Mínimo Nacional:
  - 3.1 atestada a hipossuficiência do requerente, sua inscrição será, automaticamente, autorizada;
    - 3.1.1 o candidato deverá acessar no *site* o seu requerimento de inscrição **a partir do dia 06/07/2012**, a fim de tomar ciência do resultado de sua avaliação da hipossuficiência;
  - 3.2 caso a avaliação da hipossuficiência seja indeferida, o requerente poderá, se desejar, concretizar sua inscrição acessando novamente o seu requerimento de inscrição no *site* para a impressão do DARM **até as 14h do dia 10/07/2012** e efetuar o pagamento da taxa, **até as 16h do dia 10/07/2012**, conforme o disposto no Título III, item 2 e seus subitens.

## VII. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

1. O candidato deverá acompanhar a **CONFIRMAÇÃO DO PAGAMENTO DE SUA INSCRIÇÃO** através do *site* <http://concursos.rio.rj.gov.br> até o dia **16/07/2012**;
  - 1.1 para verificar a confirmação do pagamento, o candidato deverá acessar, no *site* acima mencionado, a opção “**consultar andamento da inscrição**” e, verificar no final do requerimento se consta a mensagem “**confirmado pagamento da taxa de inscrição**”;
  - 1.2 caso não haja confirmação do respectivo pagamento da inscrição até a data estabelecida no item 1, o candidato deverá entrar em contato com a Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, através dos telefones 2976-1612 e 2976-1103, no **dia 17/07/2012**, impreterivelmente;
  - 1.3 a inobservância ao determinado no item 1 e subitem 1.2 deste Título, implicará na não participação do candidato no concurso, não sendo aceitas, portanto, reclamações quanto à não confirmação do pagamento de sua inscrição;
  - 1.4 não haverá inclusão de candidato após as datas determinadas no subitem 1.2 deste Título.
2. As informações referentes à data, horário e local de realização da prova (nome do estabelecimento, endereço e sala), estarão disponíveis, oportunamente, no *site* <http://concursos.rio.rj.gov.br>.
  - 2.1 as informações a respeito de locais e horários de realização da prova, não serão prestadas por telefone;
  - 2.2 o Cartão de Confirmação de Inscrição estará disponível no *site* a fim de que o candidato tome conhecimento.
3. O candidato deverá, obrigatoriamente, conferir todas as informações contidas no requerimento de inscrição e no Cartão de Confirmação de Inscrição – CCI:
  - 3.1. quando houver inexatidão de informação tais como: identidade e data de nascimento, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala a devida correção, no momento em que for assinar a lista de presença na sala de prova:

3.1.1 serão de exclusiva responsabilidade do candidato as consequências advindas de eventual omissão quanto à solicitação de correção.

## VIII. DAS PROVAS

1. A avaliação dos candidatos será feita através de Provas Objetiva, Discursiva e Prática de Aula, de caráter eliminatório e classificatório e de Títulos, apenas de caráter classificatório, conforme quadro a seguir, com base no conteúdo programático constante do Anexo I deste Edital.

TIPO DE PROVA	CONTEÚDO	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	TOTAL EM PONTOS	MÍNIMO EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO POR CONTEÚDO	MÍNIMO EM PONTOS PARA HABILITAÇÃO, NO TOTAL DA PROVA
OBJETIVA	Língua Portuguesa	10	2,0	20,0	4,0	60,0
	Matemática	10	2,0	20,0	4,0	
	Atualidades	05	2,0	10,0	2,0	
	Conhecimentos específicos de Educação Infantil	20	2,0	40,0	8,0	
	Legislação	05	2,0	10,0	2,0	
DISCURSIVA	Conhecimentos específicos de Educação Infantil	02	25,0	50,0	----	25,0
PRÁTICA DE AULA	Conhecimentos específicos de Educação Infantil	----	----	100,0	----	60,0
TÍTULOS	-----	----	----	50,0	----	----

**1.1 será considerado habilitado o candidato que obtiver:**

- a) na Prova Objetiva, o mínimo **20% de pontos por conteúdo e 60% de pontos do total da prova**, conforme o estabelecido no quadro acima;
- b) na Prova Discursiva, o mínimo **de 25 pontos**.
- c) na Prova Prática de Aula, o mínimo **de 60 pontos**

## 2. DA PROVA OBJETIVA

- 2.1 as questões da prova serão de múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D) e uma única resposta correta, de acordo com o enunciado da questão.
- 2.2 o candidato deverá transcrever as respostas da prova para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção da prova, com caneta esferográfica, obrigatoriamente, de tinta azul ou preta, apondo, ainda, sua assinatura no cartão.
- 2.3 o preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste regulamento. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.

- 2.4 haverá, no cartão-resposta, para cada questão, quatro campos de marcação: um campo para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o candidato deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.
- 2.4.1 o candidato deverá, obrigatoriamente, marcar, para cada questão, um, e somente um, dos quatro campos do cartão-resposta, sob pena de anulação da respectiva questão;
- 2.4.2 será, também, anulada a questão, cuja marcação da resposta estiver em desacordo com este regulamento: resposta não assinalada, rasurada ou com emenda, ainda que legível;
- 2.4.3 o candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o cartão-resposta, sob pena de reprovação, por impossibilidade de realização da leitura óptica;
- 2.4.4 o candidato que estiver impossibilitado de transcrever as respostas da prova, deverá solicitar o auxílio de um fiscal para fazê-lo, na Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, da Secretaria Municipal de Administração, situada na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, 10º andar- Ala B, Cidade Nova, até 48 horas antes da data da prova, no horário das 10h às 16h. Nesse caso, o candidato será acompanhado por 02 (dois) fiscais. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que tiverem sido efetuadas no seu cartão-resposta.
- 2.5 o tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão-resposta;
- 2.6 candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
- 2.7 toda e qualquer legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação na prova do Concurso.
- 2.8 o gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

### 3. DA PROVA DISCURSIVA

- 3.1 a Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, baseada no conteúdo programático constante do Anexo I deste Edital, será aplicada juntamente com a prova objetiva;
- 3.2 a prova avaliará o conhecimento do candidato e, ainda, a coerência, coesão, clareza e objetividade, bem como a utilização correta do vocabulário e das normas gramaticais segundo o novo acordo ortográfico;**
- 3.4 somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos que obtiverem a nota mínima para habilitação na prova objetiva, conforme o disposto no item 1, do Título VIII;**
- 3.5 será eliminado do certame o candidato que inserir seu nome ou assinatura em outro local que não o apropriado ou qualquer palavra ou marca que identifique a Prova Discursiva, fora ou no espaço destinado à transcrição do texto definitivo;**
- 3.6 o caderno de resposta definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não será corrigida;
- 3.7 não haverá substituição da folha de texto definitivo por erro de preenchimento do candidato.

- 3.8 a avaliação da prova discursiva será composta de duas notas atribuídas por dois examinadores: um corretor e outro revisor. O resultado será a média das duas notas obtidas.
- 3.9 a Prova Discursiva deverá ser feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por fiscal devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando **oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.**

#### 4. Da Prova Prática de Aula

- 4.1 a Prova Prática, de caráter eliminatório e classificatório será baseada no conteúdo programático constante do Anexo I deste Edital ;
- 4.1.1 será considerado aprovado na Prova Prática de Aula o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.
- 4.2 somente serão convocados para a Prova Prática de Aula os candidatos aprovados na prova discursiva, conforme o disposto no Título VII, item 1, deste Edital e que ficarem classificados de acordo com o quantitativo, por CRE, estabelecido no quadro a seguir:

<b>QUANTITATIVO DE CANDIDATOS, POR CRE, QUE SERÃO CONVOCADOS PARA PROVA PRÁTICA DE AULA</b>		
<b>CRE</b>	<b>Candidatos aprovados na Prova Discursiva classificados até o</b>	
	<b>VAGAS REGULARES</b>	<b>VAGAS NEGROS E ÍNDIOS</b>
<b>1ª</b>	80º	16º
<b>2ª</b>	80º	16º
<b>3ª</b>	80º	16º
<b>4ª</b>	80º	16º
<b>5ª</b>	80º	16º
<b>6ª</b>	80º	16º
<b>7ª</b>	80º	16º
<b>8ª</b>	80º	16º
<b>9ª</b>	80º	16º
<b>10ª</b>	80º	16º
<b>Total Candidatos</b>	<b>800</b>	<b>160</b>

- 4.3 todos os candidatos inscritos como portadores de deficiência considerados aprovados na Prova Discursiva serão submetidos à Prova Prática de Aula;
- 4.4 em caso de empate no limite do quantitativo estabelecido no quadro constante do subitem 4.2 deste Título, todos os candidatos empatados, nesta condição, serão convocados para a Prova Prática de Aula
- 4.2 a prova prática de aula será avaliada por dois examinadores e a nota do candidato será o resultado da média das duas notas.

- 4.4 a data, horário e local de realização da Prova Prática serão divulgados junto com o resultado dos recursos da Prova Discursiva;
- 4.5 o **Grupamento e Área de Conhecimento** a que se destina a aula, conforme discriminado no Anexo Único, serão objetos de sorteio no momento da prova prática;
- 4.5.1 o candidato deverá apresentar plano de atividade em uma lauda no dia da prova prática, cujo modelo é o constante do Anexo II deste Edital;
- 4.6 o candidato entregará à Banca Examinadora, antes do início da Prova Prática, o Plano de Atividade, digitado em 3 (três) vias, cujo modelo encontra-se no Anexo II deste Edital;
- 4.7 não será permitida a presença de candidato concorrente à Prova Prática, sob pena de sua desclassificação.
- 4.8 a Prova Prática terá a duração mínima de 10 (dez) minutos e máxima de 15 (quinze) minutos.
- 4.9 não será permitido a nenhum dos demais presentes à Prova Prática a interferência nas aulas públicas, bem como o uso de câmeras, celulares, filmadoras ou similares que possam reproduzir e/ ou transmitir seu conteúdo.
- 4.10 a avaliação de desempenho do candidato será feita considerando:**
- a adequação da linguagem à faixa etária dos grupamentos
  - o conhecimento do assunto;
  - o planejamento da aula;
  - a capacidade de síntese;
  - o desenvolvimento da aula.
  - a coerência com os objetivos determinados
- 4.11 não poderá ser utilizado, como recurso, equipamento eletrônico e/ou digital.**

## 5. Da Prova de Títulos

- 5.1 SOMENTE SERÃO AVALIADOS OS TÍTULOS DOS CANDIDATOS APROVADOS NA PROVA PRÁTICA DE AULA;
- 5.2 O CANDIDATO SERÁ RESPONSABILIZADO PELA VERACIDADE DA DOCUMENTAÇÃO E DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, ASSINANDO, PARA TANTO, UM DOCUMENTO, CUJO MODELO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE <http://concursos.rio.rj.gov.br>, À ÉPOCA DA ENTREGA DOS TÍTULOS.
- 5.2.1 A DECLARAÇÃO FALSA ESTARÁ SUJEITA NA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO DO CERTAME, E NAS SANÇÕES DAS LEIS APLICÁVEIS.
- 5.3 a aferição dos Títulos terá caráter classificatório, com valoração máxima de 50 (cinquenta) pontos, em conformidade com os critérios de valores determinados na tabela abaixo:

<b>TÍTULO FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>			
<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>Nº MÁXIMO DE TÍTULOS</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
<b>Curso de Pós-Graduação:</b> "Lato Sensu" em nível de Especialização "Strictu Sensu" em nível de Mestrado "Strictu Sensu" , em nível de Doutorado	<i>Fotocópia autenticada do certificado ou da declaração de conclusão</i>	01	<i>Lato Sensu - 10,0 Strictu Sensu - 15,0</i>

<b>TÍTULO EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</b>				
<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>Nº MÁXIMO DE TÍTULOS</b>	<b>PONTUAÇÃO DE CADA TÍTULO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Exercício de atividade profissional em creche da Rede Pública e/ou Privada.	<i>Declaração em papel timbrado ou registro em carteira profissional – CTPS de instituição pública ou privada, devidamente reconhecida por Sistema de Ensino Municipal, Estadual ou Federal</i>	7 anos	<b>5,0 por ano completo</b>	<b>35,0</b>

**5.3.1 O CANDIDATO DEVERÁ ENTREGAR APENAS UM DOS TÍTULOS DESCRITOS ACIMA (OU LATU SENSU ESPECIALIZAÇÃO OU STRICTU SENSU MESTRADO OU STRICTU SENSU DOUTORADO), POIS SOMENTE UM TÍTULO SERÁ AVALIADO.**

**5.3.2 somente serão pontuados os títulos que forem correlatos com a área da educação Infantil.**

**5.3.3 serão analisados, somente, os títulos relacionados nos quadros acima, em cópia autenticada, que não será devolvida;**

5.4 os títulos deverão ser entregues pelo candidato quando da realização da Prova Prática de Aula, em data, horário e local a serem divulgados em Diário Oficial do Rio de Janeiro, após a publicação do resultado da prova discursiva, acondicionados em envelope tamanho A4, identificado por formulário, devidamente preenchido e colado na parte externa do mesmo, cujo modelo estará disponível no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>;

5.4.1 não será aceita, sob qualquer pretexto, a entrega de títulos fora do dia, local e horário determinados;

5.5 o candidato que não apresentar os documentos para avaliação de títulos receberá **nota 0 (zero)** e será classificado somente pela pontuação obtida nas Provas Objetiva, Discursiva e Prática;

5.6 **não serão aceitos títulos encaminhados via fax, via postal e nem via correio eletrônico;**

5.7 no ato da entrega dos títulos, o candidato deverá assinar declaração de veracidade dos documentos apresentados, sob pena de exclusão do certame.

**A) Para os Títulos de Formação Acadêmica**

5.8 no caso de comprovação de conclusão de curso de Pós-Graduação, através de declaração, esta deverá conter a data de conclusão do curso e informar quanto à aprovação da monografia e/ou da defesa de tese.

5.9 os certificados e declarações de conclusão de cursos, serão aferidos apenas quando oriundos de Instituição de Ensino Superior pública ou particular devidamente reconhecida, e observadas as normas que lhes regem a validade, entre as quais, se for o caso, as pertinentes ao respectivo registro;

5.10 os certificados de conclusão de cursos expedidos em língua estrangeira somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado e validados pelo Ministério da Educação – MEC;

**B) Para os Títulos de Exercício de Atividade Profissional em creche da Rede Pública e/ou Privada.**

- 5.11 para o exercício de atividade profissional no setor privado, o candidato deverá apresentar: cópia de registro na CTPS ou declaração do empregador que informe o **período (dia/mês/ano do início e dia/mês/ano do fim, se for o caso)**, e que declare **explicitamente que o candidato exerceu a função de docência e/ou apoio à docência**;
- 5.12 para o exercício de atividade profissional no setor público, o candidato deverá apresentar: declaração de tempo de serviço que informe o período (dia/mês/ano do início e dia/mês/ano do fim, se for o caso), em que haja apuração do tempo líquido de exercício e que certifique explicitamente que o candidato exerceu a função **de docência e/ou apoio à docência**;
- 5.13 as declarações e/ou certidões deverão ser expedidas, em papel timbrado, pelo setor de pessoal, de recursos humanos ou equivalente. Não havendo setor de pessoal, de recursos humanos ou equivalente, deverá ser especificado, na declaração e/ou na certidão, o setor competente para a emissão do documento;
- 5.14 as declarações relativas à atividade profissional exercida na rede Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro serão expedidas pela direção da respectiva unidade escolar.
- 5.15 na apuração da pontuação não serão considerados sobreposição de tempo e/ou fração de ano;
- 5.16 **não será computado, como experiência profissional, o tempo de estágio, de monitoria ou de bolsa de estudo.**

**IX. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

1. As provas serão aplicadas na Cidade do Rio de Janeiro em função da disponibilidade de locais para realização.
  - 1.1 a Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos não se obriga a realizar as provas no bairro onde o candidato residir.
2. Os locais, as datas e os horários de realização das provas serão publicados no Diário Oficial do Município e divulgados no *site* ***http://concursos.rio.rj.gov.br***.
3. **O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente e o original do documento de identidade oficial;**
  - 3.1 o documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura;
  - 3.2 serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelo (a): Comando Militar, pela Secretaria de Segurança Pública, pelo Instituto de Identificação e pelo Corpo de Bombeiro Militar; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997);
  - 3.3 **não serão aceitos como documentos de identidade:** certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, protocolos de documentos nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados;

**3.4 o candidato que deixar de apresentar, no dia de realização das provas, documento que o identifique, reconhecido em todo o território nacional, alegando qualquer justificativa, não realizará a prova, sendo excluído do certame.**

4. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, após a assinatura da lista de presença, serão adotados os seguintes procedimentos:
  - 4.1 o candidato não poderá retirar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento da fiscalização;
  - 4.2 o candidato não poderá consultar qualquer material, inclusive jornal e revista, enquanto aguardar o horário de início da prova.
5. O telefone celular deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada até a retirada do candidato do local de realização das provas.
  - 5.1 os candidatos que portarem pertences pessoais, inclusive aparelho celular (desligado) ou outros aparelhos eletrônicos, não acondicionados em bolsas / sacolas / mochilas, terão os referidos objetos guardados em saco plástico, que deverá ser identificado, lacrado e colocado embaixo da carteira onde o candidato estiver sentado. Demais pertences ficarão à vista da fiscalização de sala, durante todo o período de permanência dos candidatos em sala, não se responsabilizando a Secretaria Municipal de Administração por perdas ou extravios durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.
6. **Os portões serão fechados no horário previsto para o início da prova objetiva.**
  - 6.1 depois de autorizado o início da prova objetiva, somente será permitido o ingresso de candidatos nas salas quando acompanhados do Coordenador Local;
  - 6.2 não será permitido o ingresso de candidatos no local de realização das provas, após o fechamento dos portões, em hipótese alguma,
7. Será vedado ao candidato o uso de óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
8. A inviolabilidade da prova será comprovada no momento do rompimento do lacre dos malotes, mediante termo formal e, a presença de, no mínimo, 2 (dois) candidatos.
9. Nos locais de prova poderá haver revista pessoal por meio de utilização de detector de metais e rastreamento eletrônico.
10. Não será permitido ao candidato fumar na sala de prova.
11. Após o início das provas não será permitida a permanência de pessoas não autorizadas previamente no local de prova;
  - 11.1 a candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, deverá levar um acompanhante, o qual ficará em dependência designada pela Comissão Organizadora e será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.
12. O candidato que estiver impossibilitado de transcrever as respostas das provas, deverá solicitar o auxílio de um fiscal para fazê-lo à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos situada à Rua Afonso Cavalcanti, 455, Anexo, 10º andar - Ala B, Cidade Nova/RJ, no prazo de até 48 horas antes da data da prova, no horário das 10h às 16h. Nesse caso, o candidato será acompanhado por 2 (dois) fiscais. Ao final da prova, será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que tiverem sido efetuadas no seu cartão resposta.
13. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar o caderno de questões da prova objetiva, o cartão-resposta, devidamente assinado e o caderno definitivo da prova discursiva e retirar-se do recinto, mesmo que tenha desistido do concurso,

14. **Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu Cartão-Resposta, o seu caderno de Prova Objetiva e o seu Caderno Definitivo da Prova Discursiva, sob pena de exclusão do certame;**
  - 14.1 **os cadernos da prova objetiva retidos, serão eliminados posteriormente.**
15. Somente durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos do Cartão-Respostas, em formulário próprio, a ser distribuído.
16. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
17. O candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto nos itens 13 a 16 deste Título, deverá assinar o Termo de Desistência e, caso se negue, será lavrado um Termo de Ocorrência, testemunhado por 2 (dois) outros candidatos, pelos fiscais e pelo Coordenador Local.
18. Qualquer observação por parte dos candidatos, será igualmente lavrada na ata, ficando seus nomes e números de inscrição registrados pelos fiscais.
19. Não haverá prorrogação do tempo previsto para aplicação da prova, e nem compensação em decorrência de afastamento do candidato da sala de prova.
20. No dia de realização da prova não serão fornecidas, por nenhum membro da equipe de aplicação desta e nem pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
21. Não haverá aplicação de provas fora do dia, local e horário pré-estabelecidos.
22. O candidato não poderá alegar desconhecimento dos locais de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, por qualquer que seja o motivo, será considerado como **desistência** do candidato e resultará em sua **eliminação do certame**.

## **X. DA EXCLUSÃO DO CERTAME**

### **1. Será excluído do concurso o candidato que:**

- 1.1 faltar, chegar ao local de prova após o fechamento dos portões ou comparecer para a realização da prova em local diferente do designado;
- 1.2 ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta e/ou o caderno de questões e/ou o caderno definitivo da prova discursiva;
- 1.3 o candidato que insistir em sair de sala, descumprindo o disposto nos itens 13 e 14 do Título IX;
- 1.4 dispensar tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação provas ou autoridade, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- 1.5 utilizar-se, no decorrer das provas, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares ou for surpreendido em comunicação verbal, escrita ou gestual, com outro candidato;
- 1.6 for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- 1.7 **for surpreendido, durante a realização da prova, utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: telefone celular, *bip*, *walkman*, rádio, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, *netbook*, calculadora, *palmtop*, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva;**

- 1.8 fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- 1.9 recusar-se a entregar o cartão-resposta ao término do tempo destinado para a realização da prova;
- 1.10 descumprir quaisquer das instruções contidas no caderno de questões;
- 1.11 não alcançar o mínimo de pontos exigidos para habilitação por conteúdo e o mínimo de pontos exigidos para habilitação no total da prova;
- 1.12 utilizar processos ilícitos, através de meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, mesmo que constatado posteriormente;
- 1.13 deixar de se apresentar, quando convocado em qualquer fase do concurso, ou não cumprir, nos prazos indicados, os procedimentos necessários para a posse;
- 1.14 utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;
- 1.15 deixar de apresentar qualquer um dos documentos que comprovem o atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital;
- 1.16 não atender às determinações do presente regulamento e de seus atos complementares;
- 1.17 fazer declaração identificada como falsa ou inexata em qualquer documento.

## **XI . DOS RECURSOS**

1. O próprio candidato, ou seu procurador legal, poderá interpor recurso, quando ficar evidenciado erro na formulação da questão, na correção e no critério de julgamento, utilizando-se, para tanto, de formulário próprio, para cada questão, cujo modelo estará disponível no *site* <http://concursos.rio.rj.gov.br>.
2. **Os recursos deverão ser interpostos no prazo de:**
  - 2.1 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do gabarito no D.O.Rio, quanto às questões da prova objetiva;
  - 2.2 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da prova objetiva no D.O. Rio, para solicitar recontagem de pontos, que só poderá ser feita pelo próprio candidato;
  - 2.3 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da prova discursiva no D.O. Rio, para solicitar vista da prova discursiva, que só poderá ser feita pelo próprio candidato;
  - 2.4 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da vista da prova discursiva, para solicitar revisão da prova;
  - 2.5 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da prova prática de aula no D.O. Rio, para solicitar revisão;
  - 2.6 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado da prova de títulos no D.O. Rio, para solicitar revisão;
  - 2.7 até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do resultado final no D.O.Rio, exclusivamente para retificação de eventual erro material.
3. O recurso quanto às questões da prova objetiva, individual e único para cada questão, deverá ser preenchido com letra de forma e assinado pelo candidato, com a indicação precisa daquilo em que o candidato se julgar prejudicado e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com a citação de artigos de legislação, itens, páginas de livros, nome de autores etc, juntando, sempre que possível, cópia dos comprovantes.
4. **No recurso quanto à prova de títulos não será permitido entrega de documentos complementares.**

5 O recurso deverá ser entregue na Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua Afonso Cavalcanti, 455 - Anexo, 10º andar / Ala B - Cidade Nova, impreterivelmente, das 10h às 16h;

**5.1 não serão aceitos, em hipótese alguma, recursos após às 16 horas.**

6. Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado ou apresentado fora das condições exigidas e/ou dos prazos estabelecidos, bem como os recursos que apresentarem cópias de fundamentos de outros recursos.
7. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos, indistintamente, a todos os candidatos presentes, independentemente da formulação de recurso.
8. Se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação decorrente das mesmas.
9. Não serão aceitos recursos por *fax*, via postal ou pela *Internet*.
10. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso e revisão, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual serão indeferidos, liminarmente, recursos ou revisões adicionais.

## **XII. DO RESULTADO DAS PROVAS**

1. O resultado das Provas será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e disponibilizado no *site* <http://concursos.rio.rj.gov.br>.
2. Do resultado constarão as notas de **todos** os candidatos convocados.

## **XIII. DO RESULTADO FINAL**

1. O resultado final do Concurso Público, por Coordenadoria Regional de Educação - CRE, será divulgado por Edital, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e disponibilizado no *site* <http://concursos.rio.rj.gov.br>
2. Do resultado final constarão, **apenas**, os candidatos habilitados nas Provas Objetiva, Discursiva e Prática de Aula, por Coordenadoria Regional de Educação - CRE, em ordem decrescente, mediante o somatório das notas obtidas nas Provas e dos pontos alcançados na aferição dos Títulos.

**2.1 na hipótese de igualdade de pontos, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:**

- 1º maior nota no conteúdo Específico**
- 2º maior nota na Prova Discursiva**
- 3º maior nota na Prova Prática de aula**
- 4º o mais idoso**

2.1.1 em observância à Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, os candidatos por ela amparados terão critério de desempate diferenciado;

2.1.2 para aplicação do critério de desempate estabelecido no subitem 2.1.1, será considerada a idade que o candidato tiver no último dia de inscrição (09/07/2012).

#### XIV. DO PROVIMENTO E ADMISSÃO NO CARGO

1. O provimento no cargo obedecerá, rigorosamente, à ordem da Classificação Final dos candidatos aprovados e às disposições legais pertinentes, considerando ainda o resultado dos beneficiários da Lei n.º 2.111/94 e da Lei nº 5.401/2012.
2. O candidato aprovado, quando convocado para posse, deverá apresentar-se à Gerência de Perícias Médicas, de acordo com escala a ser divulgada à época própria, onde serão exigidos os seguintes exames:
  - oftalmológico com laudo, especificando acuidade visual, fundoscopia, tonometria e senso cromático;
  - vídeostrobolaringscopia com laudo DVD, identificação de som e imagem nítida;
  - eletrocardiograma com laudo, quando com 35 (trinta e cinco) anos ou mais.
3. Será investido no cargo somente o candidato considerado APTO em inspeção de saúde, de caráter eliminatório;
4. Somente serão aceitos exames realizados em até 30 dias imediatamente anteriores ao ato de apresentação.
5. Por ocasião da posse, serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:
  - comprovante da qualificação exigida;
  - duas fotos 3x4 (iguais), coloridas, recentes e de frente;
  - original da Carteira de Trabalho;
  - Carteira de Identidade;
  - CPF;
  - Título de Eleitor e o último comprovante de votação;
  - Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
  - Certidão de Casamento (se casado) ou da Certidão de Nascimento (se solteiro);
  - PIS ou PASEP;
  - comprovante de conta bancária, se detentor de conta-corrente;
  - declaração de não exercer cargo/emprego na Administração Pública Direta ou Indireta, inclusive Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Federal, Estadual ou Municipal, excetuados os casos previstos em lei;
  - comprovante de vacinação de filhos até cinco anos de idade;
  - Certidão de Nascimento de filhos menores de 18 anos (homem) e 21 anos (mulher);
  - caso exista dependente por força de decisão judicial apresentar: Termo de Curatela e Termo de Guarda e Posse ( adoção);
  - comprovante de residência em seu nome, onde conste seu endereço completo, inclusive o Código de Endereçamento Postal - CEP;
6. Os documentos citados no item 5 serão exigidos, apenas, dos candidatos aprovados e convocados para posse, não sendo aceitos protocolos.
7. **No ato da posse, o candidato deverá comprovar a qualificação essencial exigida para o ingresso no cargo, conforme o constante no item 2 do Título I e do item 6 deste Título.**
8. Será vedado o ingresso no cargo, o candidato que se enquadrar em qualquer das hipóteses previstas no Art. 1º do Decreto nº 35610 de 15 de maio de 2012.

9. O candidato deverá assinar declaração de veracidade dos documentos apresentados, bem como das informações prestadas, sob pena de anulação do ato de nomeação.
10. **Não haverá relotação antes de completados cinco anos de exercício na mesma região, em obediência ao disposto no Art. 3º da Lei Municipal nº 3357 de 03/01/2002.**

## **XV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. O certame será regulado por este Edital, organizado e executado pela Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração.
2. A Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos não se responsabiliza pela comercialização de apostilas referentes ao concurso.
3. A aprovação no concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e dentro do prazo de validade do concurso.
4. A jornada de trabalho será organizada para atender às necessidades do Município do Rio de Janeiro, observada a carga horária específica do cargo efetivo.
5. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova ou convocação do candidato, desde que verificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.
6. O concurso será homologado pelo Secretário Municipal de Administração, sendo o ato respectivo publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O.Rio.
7. O prazo de validade do concurso será de 6 (seis) meses, contado a partir da data de publicação do despacho da homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Superior.
8. Todas as convocações, avisos e resultados serão publicados, exclusivamente, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO, devendo o candidato habilitado acompanhar as publicações referentes à convocação para posse, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a convocação dos candidatos.
9. Não será investido no cargo o candidato que, na condição de ex-servidor, tenha nos últimos cinco anos sido demitido de cargo público municipal, tido sua aposentadoria cassada por danos ao serviço público ou tido contrato de trabalho com esta Municipalidade rescindido por justa causa, conforme o disposto no Decreto Municipal n.º 17930/99.
10. Os candidatos aprovados e classificados além do número de vagas constantes do quadro do Título I, item 3, farão parte do banco de concursados, suscetível de aproveitamento durante o período de validade do concurso, de acordo com o interesse da Administração Pública Municipal.
11. Durante o desenvolvimento do processo, o candidato é responsável pela atualização de endereço, junto à Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos, da Secretaria Municipal de Administração. **Após a homologação do concurso, o candidato aprovado é responsável pela atualização do endereço junto à Secretaria Municipal de Educação. A não atualização poderá gerar prejuízos ao candidato, sem nenhuma**

**responsabilização para a Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos da Secretaria Municipal de Administração e nem para Secretaria Municipal de Educação.**

- 11.1 a Secretaria Municipal de Administração e a Secretaria Municipal de Educação não se responsabilizam nos casos decorrentes de:
- a) endereço não atualizado;
  - b) correspondência devolvida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos -ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
  - c) correspondência recebida por terceiros.
12. As informações referentes à classificação e à nota do candidato não serão transmitidas por telefone, em hipótese alguma.
13. As dúvidas, oriundas das informações neste Edital , poderão ser dirimidas através do telefone 2976-1612 ou 2976-1103.
14. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital somente poderão ser feitas por meio de outro edital.
15. Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Secretário Municipal de Administração.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2012

**PAULO JOBIM FILHO**  
Secretário Municipal de Administração

# ANEXO I

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### PROVA OBJETIVA

#### LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão de textos contemporâneos. 1.1 Localização de informações explícitas e implícitas no texto. 1.2 Depreensão do significado de vocábulos e expressões em função do contexto. 1.3 Identificação de relações de sentido entre orações e segmentos do texto. 1.4 Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto. 2. Formação de palavras e emprego das diferentes classes de palavras 2.1 Valores do artigo. 2.2 Valor substantivo, adjetivo e adverbial dos vocábulos portugueses. 2.3 Pronomes e sua função no texto escrito. 2.4 Emprego de preposições e conjunções. 3. Denotação e conotação – figuras de linguagem. 4. Variações linguísticas e adequação no uso da língua às situações de comunicação. 5. Ortografia. 5.1 Emprego de letras. 5.2 Acentuação gráfica (conforme o atual Acordo Ortográfico). 6. Flexão verbal – valor semântico de tempos e modos. 6.1 Correlação entre tempos verbais. 6.2. Concordância verbal. 7. Concordância nominal. 8. Regência nominal e verbal – o fenômeno da crase. 9. Emprego de sinais de pontuação.

**OBS: A prova priorizará a consciência no uso da língua escrita padrão e, não, a nomenclatura gramatical.**

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa (atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso Lindley Cintra, L. F. Nova gramática do português contemporâneo. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5.ed. Curitiba: Positivo, 2010.

#### MATEMÁTICA

1. Operações com números reais: Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação. 2. Múltiplos e Divisores. 3. Proporcionalidade: Razão e proporção; Divisão proporcional. Regra de três simples. Porcentagem. 3. Medidas de comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. 2. Princípio Multiplicativo. 3. Cálculo Algébrico: Resolução de situações problemas envolvendo equações do 1º grau. 4. Volumes dos principais sólidos geométricos. 5. Conservação, redução ou ampliação de perímetros e áreas das principais figuras planas usando malhas quadriculadas. Cálculo de áreas e perímetros. 6. Relacionar figuras tridimensionais com suas respectivas planificações. 7. Reconhecer arestas, vértices e faces de um sólido geométrico.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BIANCHINI, Edwaldo – Matemática – 6ª edição – Editora Moderna – 2006.

DANTE, Luiz Roberto – Tudo é Matemática – 2ª edição – Editora Ática – 2005.

IEZZI, G. & Dolce, O. & Machado, A. *Matemática e Realidade*. Atual, 2009.

SILVEIRA E. & Marques C. *Matemática Contextualizada*. Construir, 2006.  
DANTE, Luiz Roberto – Didática da Resolução de Problemas de Matemática – 12ª edição – Editora Ática – 2000  
NETO, Ernesto Rosa – Didática Matemática – 11ª edição – Editora Ática.

## **ATUALIDADES**

1. Organização política e territorial do Brasil de hoje. 2. A integração do Brasil à economia mundializada. 3. Transformações demográficas recentes e a diversidade cultural da sociedade brasileira. 4. Espaço e sociedade no município do Rio de Janeiro. 5. A relação sociedade-natureza no mundo atual. 6. Características do capitalismo contemporâneo. 7. As relações internacionais e o papel das grandes organizações político-econômicas mundiais. 8. Os principais conflitos político-militares em andamento no século XXI. 9. Desigualdades socioeconômicas globais. 10. Tecnologia, cotidiano e trabalho na contemporaneidade.

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ARAÚJO, Regina et al. **Conexões**. São Paulo: Moderna, 2008.  
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)  
CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.  
DUARTE, Ronaldo G. e SANTANA, FABIO T. M. de. **Rio de Janeiro - Estado e Metrópole**. São Paulo: do Brasil, 2009  
LUCCI, Elian et al. **Território e Sociedade no Mundo Globalizado**. São Paulo: Saraiva, 2010.  
MAGNOLI, D. **O mundo contemporâneo: os grandes acontecimentos mundiais da Guerra Fria aos nossos dias**. São Paulo: Atual, 2009.  
PINSKY, Jaime (org.). **O Brasil no contexto 1987-2007**. São Paulo: Contexto, 2007.  
POCHMAN, Marcio et al (orgs.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil – Volume 2**. São Paulo: Cortez, 2003.  
\_\_\_\_\_. **Atlas da Exclusão Social no Brasil – Volume 3**. São Paulo: Cortez, 2005.  
SANTOS, Douglas. **Geografia das Redes – O mundo e seus lugares**. São Paulo: do Brasil, 2010.  
VESENTINI, Jose W. Geografa: **O Mundo em Transição**. São Paulo: Ática, 2009.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (para as provas: Objetiva, Discursiva e Prática de Aula)**

1. Infância e Desenvolvimento Humano. 2. O Brincar na educação infantil. 3. A organização do tempo e do espaço na educação infantil. 4. Metodologias de trabalho na Educação Infantil. 5. Avaliação na educação infantil. 6. Currículo e atividades na Educação Infantil. 7. Interações e Aprendizagens na EI. 8. A qualidade na educação infantil.

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BRASIL/MEC. **Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil**, 1998  
BRASIL/MEC. **Indicadores de qualidade na Educação Infantil**, 2009.

- BARBOSA, Maria Carmem S. **Por Amor e por Força – rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.
- BARBOSA, Maria Carmem; Horn, M G S. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.
- CAMPOS, Maria Malta; Rosemberg, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança**. MEC/Brasil, 2009, 2ª Edição.
- CORSINO, Patrícia. **Educação infantil: cotidiano e política**. São Paulo: Autores Associados, 2009, 1ª edição.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart; Mello, Suely Amaral. **O Mundo da Escrita no Universo da Pequena Infância**. Autores Associados: São Paulo, 2005.
- FREIRE, Madalena. **A Paixão de Conhecer o Mundo**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 17ª Edição, 2007.
- Fundação Carlos Chagas. Consulta sobre Qualidade na Educação Infantil: o que pensam e querem os sujeitos desse direito. Cortez, São Paulo, 2006.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre as crianças**. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Editora Cortez, 2008, 11ª edição.
- KRAMER, Sônia (org.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papyrus, 2007. 6ª Edição.
- MELLO, Ana Maria e cols. **O dia a dia das creches e pré-escolas: crônicas brasileiras**. ARTMED: Porto Alegre, 2010.
- OLIVEIRA, Zilma, Ramos de. **A criança e seu desenvolvimento**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- SME - RJ/Gerência de Educação Infantil. **Orientações Curriculares para Educação Infantil**. 2010. [http://fjg.rio.rj.gov.br/publique/media/Orientacoes\\_Curriculares\\_Net.zip](http://fjg.rio.rj.gov.br/publique/media/Orientacoes_Curriculares_Net.zip)
- SME – RJ/ Gerência de Educação Infantil. **Orientações para os profissionais da Educação Infantil**. 2010. <http://fjg.rio.rj.gov.br/publique/media/ManualdeOrientacoesSMEfinal.zip>
- SME - RJ/ Gerência de Educação Infantil. **Caderno de Planejamento da Educação Infantil**. 2011. <http://200.141.78.79/dlstatic/10112/1879834/DLFE-228972.pdf/VOLUME1..pdf>

## **LEGISLAÇÃO**

**Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA** (LEI 8.069, DE 13.07.1990).

1. Título I - Das Disposições Preliminares; 2. Título II, Capítulo I - Do Direito à Vida e à Saúde; Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

**Constituição Federal - Cap. Da Educação . art. 208.**

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9394/96**. Título I, II,III,IV. Título V - capítulo I; capítulo II , seção II; capítulo V, Título VI.

**Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.**

## PROVA PRÁTICA DE AULA

O candidato deverá apresentar na prova prática um planejamento de atividade para um grupamento específico (GI ou GII ou GIII) em uma das seguintes áreas de conhecimento- **Linguagem Oral e Escrita ou Matemática.**

**O Grupamento e a Área de Conhecimento serão sorteados, para cada candidato, no momento da prova prática.**

### **Grupamentos:**

GI - 25 crianças com idade entre seis meses e um ano e seis meses

GII - 25 crianças com idade entre um ano sete meses e dois anos e seis meses

GIII - 25 crianças com idade entre dois anos e sete meses e três anos e seis meses

### **Áreas de Conhecimento:**

#### **1. Linguagem Oral e Escrita**

Objetivos a serem alcançados: Exploração e expressão das diferentes formas de linguagem (corporal, oral, escrita, musical, artes plásticas); incentivo ao uso de símbolos, brincadeiras, registros, diferentes narrativas, diversas leituras de mundo.

#### **2. Matemática**

Objetivos a serem alcançados: Estabelecer noções matemáticas presentes no cotidiano, em especial as noções espaciais; comunicar, por meio de registros, ideias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativas a quantidade, espaço físico e medida.

## ANEXO II

### MODELO DO PLANEJAMENTO DE ATIVIDADE

 <b>RIO</b> PREFEITURA ADMINISTRAÇÃO Coordenadoria Geral de Gestão de Talentos Coordenadoria de Recrutamento e Seleção
<b>CONCURSO PÚBLICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> <b>PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL</b> PROVA PRÁTICA DE - 3ª ETAPA DO CONCURSO <b>P L A N E J A M E N T O D E A T I V I D A D E</b>

<b>NOME:</b>	<b>INSCR:</b>	
<b>IDENTIDADE:</b>	<b>CPF:</b>	<b>CRE:</b>
<b>GRUPAMENTO:</b>		
<b>ÁREA DE CONHECIMENTO:</b>		

OBJETIVOS	HABILIDADES	RECURSOS	DESDOBRAMENTOS	AVALIAÇÃO
<b>GERAIS:</b>				
<b>ESPECÍFICOS:</b>				